

Venezuela: as novas perspectivas para o Mercosul no contexto das relações argentino-brasileiras

Raquel Paz dos Santos*

Resumo:

Nosso estudo tem por objetivo analisar as novas perspectivas para o Mercosul a partir do ingresso da Venezuela. Em meio à crise causada pela suspensão temporária do Paraguai, a entrada da Venezuela como quinto membro abriu novas perspectivas para o bloco, demonstrando habilidade e estratégia dos governos do Brasil e da Argentina em contornar o problema e fortalecer o projeto integracionista. Seu ingresso também se constituiu componente fundamental para o fortalecimento dos "outros mercosuis": o social, o laboral, o educativo, para mencionar apenas aqueles que suscitaram, precisamente por sua ausência, as maiores e mais sustentadas reclamações. Isso outorgará aos movimentos sociais e às forças políticas populares uma oportunidade excelente para fazer ouvir as suas demandas e pressionar efetivamente os governos para que adotem políticas necessárias para que o Mercosul deixe de ser um acordo pensado para ampliar os mercados e reduzir os custos operacionais das grandes empresas e se converta em um projeto de integração a serviço dos povos. Além disso, do ponto de vista geopolítico, a inclusão do Venezuela no bloco é a maior derrota sofrida pela diplomacia norte-americana desde o colapso da ALCA. Contudo, o governo de Hugo Chávez ainda é alvo de muitas críticas, dessa forma seu ingresso no bloco não deixa de ser polêmico.

Palavras-chave: Mercosul, Venezuela, América do Sul, Estados Unidos.

A ascensão da “nova esquerda” e a reconfiguração dos espaços de liderança do Brasil, Argentina e Venezuela na América do Sul

O estabelecimento de governos de esquerda na América Latina a partir da virada do século XXI tem produzido um amplo debate entre os intelectuais da região. Dentro deste contexto, muitos analistas políticos têm destacado que uma característica comum

* Pós-Doutora em História (UFRJ), Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas (UNISA), Presidente do Centro de Estudos Brasileiro da América do Sul (CEBAS) e Pesquisadora do Laboratório de Estudos da América Latina (LEAL/UFRJ).



Instituto de Relaciones Internacionales

Universidad Nacional de La Plata Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales

Calle 48 entre 6 y 7, 5º piso - Edificio de la Reforma - La Plata - Argentina

(54-221) 4230628 congresoiri@iri.edu.ar www.iri.edu.ar

Instituto de Relaciones Internacionales - UNLP @iriunlp

desses governos institucionalmente eleitos é a instauração de um programa de desenvolvimento capitalista nacional como estratégia de ação. Nesse sentido, parece que há um crescente retorno aos ideais desenvolvimentistas que se proliferaram na região durante as décadas de 1950, 1960 e 1970. Dessa forma, passada a era neoliberal, que gerou forte contestação popular, atualmente, vem se configurando o que podemos denominar como “novo desenvolvimentismo”¹.

Segundo Luiz Carlos Bresser-Pereira, a distinção entre esquerda e direita, além de seu caráter histórico, vem mudando através do tempo, depende do estágio de crescimento econômico de cada país: “Há diferenças substanciais entre o que pode ser a Nova Esquerda na América Latina, quando comparada com a existente, por exemplo, na Europa” (BRESSER-PEREIRA, 2000: 113). Afirma que em primeiro lugar, para tanto a esquerda quanto a direita conquistarem o centro político devem ser tão ou mais nacionalistas do que os países avançados, uma vez que têm ainda de construir uma nação e um Estado - tarefa que já foi realizada pelas nações desenvolvidas.

Bresser-Pereira defende o surgimento de uma nova esquerda afirmando que é o resultado da grande mudança histórica, que ocorreu nas sociedades contemporâneas em meados dos anos 70, quando o centro político deslocou-se para a direita. Em anos recentes, o centro novamente começou a mover-se, agora para a esquerda, mas o mundo não está retornando aos anos 50: pelo contrário, está irrompendo num novo milênio, no qual as mudanças serão ainda maiores.

Em *A Nova Esquerda: uma visão a partir do Sul*, Bresser-Pereira ressalta que os países desenvolvidos são todos concebidos como nacionalistas, na medida em que ninguém tem dúvida de que é dever de seus governos defenderem o interesse nacional. Já nos países em desenvolvimento há dúvidas. Destaca também as diferenças entre uma nova e velha esquerda/direita, e nesse ponto diz que:

A Velha Esquerda tem uma visão negativa do nacionalismo, convencida de que o país é cercado por potências imperialistas. Tem, em geral, uma atitude “contra” países avançados, vistos como “potências imperialistas”, e prefere antes fechar o país à influência estrangeira a negociar interesses mútuos e conflitantes. A Nova Esquerda, por seu lado, nega que os interesses nacionais de países em desenvolvimento e desenvolvidos sejam sempre contraditórios, mas não acredita — como a Nova Direita normalmente faz — que eles sejam sempre semelhantes. Em vez da atitude geral “contra” ou “a favor” dos países avançados, crê que o interesse nacional deve ser avaliado em cada caso. Em outras palavras, seu nacionalismo é semelhante ao existente nos países desenvolvidos. (BRESSER- PEREIRA, 2000:155)

¹ “O novo desenvolvimentismo é, ao mesmo tempo, um ‘terceiro discurso’, entre o discurso populista e da ortodoxia convencional, e o conjunto de diagnósticos e idéias que devem servir de base para a formulação, por cada Estado-nação, da sua estratégia nacional de desenvolvimento. É um conjunto de propostas de reformas institucionais de políticas econômicas com as quais as nações de desenvolvimento médio buscam, no início do século XXI, alcançar os países desenvolvidos. Como o antigo desenvolvimentismo, não é uma teoria econômica: baseia-se, principalmente, na macroeconomia keynesiana e na teoria econômica do desenvolvimento, mas é uma estratégia nacional de desenvolvimento”. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “Novo desenvolvimentismo e ortodoxia convencional”. In: DINIZ, Eli (org.) 2007. *Globalização, Estado e Desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio*. Rio de Janeiro: Editora FVG, p. 79.

Em síntese, Bresser-Pereira diz que tomado como exemplo o Brasil, a Velha Esquerda é corporativista e estadista, enquanto a Nova Esquerda é pró-mercado e comprometida com a reconstrução do Estado. Já a Nova Direita é radicalmente pró-mercado e está envolvida no jogo de construção de confiança.

No contexto das relações argentino-brasileiras, a ascensão de Luiz Ignácio Lula da Silva e Nestor Kirchner a presidência em seus respectivos países em 2003 representou uma marco importante na formação da nova esquerda na região e um momento importante de revitalização do projeto do *Mercado Comum do Sul*.

Ao analisar a política exterior de Lula, Amado Luis Cervo, ressalta uma mudança de paradigma em relação ao governo de Fernando Henrique Cardoso. Este último teria se orientado dentro da concepção do que define como *Estado normal*, no qual o país submetia-se às coerções do centro hegemônico do capitalismo, gerando um efeito “destrutivo” ao enfraquecer a economia nacional e “regressivo” ao reservar para a nação as funções da “infância social”.

De forma oposta, o governo petista assume uma posição que denomina *Estado logístico*, na qual busca sanar os males da globalização assimétrica através do reforço do núcleo central da economia nacional, reconvertendo a política de comércio exterior em instrumento estratégico de desenvolvimento e da renda líquida do país. Outra característica importante é promover a internacionalização da economia nacional, desde a plataforma regional. Tal posicionamento foi amplamente apoiado pela Argentina, pois segundo Cervo: “A Argentina de Néstor Kirchner e Roberto Lavagna reassumiu, no governo Lula, a condição de parceiro político número um. Ambos os países concertam posições comuns na OMC, ALCA, negociações com a União Européia, G-20 e América do Sul. Ambos reforçam o Mercosul com o fim de elevar a capacidade de negociação e de obter resultados sobre cenário internacional.” (CERVO, 2004:5)

Numa análise comparativa com a política externa brasileira, o governo Kirchner também representou uma guinada na posição da Argentina frente aos países centrais, especialmente os EUA, buscando um desenvolvimento mais autônomo e priorizando a América do Sul em sua agenda presidencial.

Na conjuntura atual, a Venezuela é outro país que vem construindo sua liderança na região. Gilberto Dupas e Marcelo Fernandes de Oliveira destacam que, entre pontos, a entrada da Venezuela contribui para a possibilidade de ampliar o MERCOSUL como área de livre comércio, pois favoreceu a desgravação tarifária imediata para os principais produtos de exportação do Paraguai e Uruguai, auxiliando o Brasil a arcar com os custos da integração. Além disso, a posição estratégica do país venezuelano pode contribuir no desenvolvimento de eixos sinérgicos de integração sul-americana, especialmente nas questões energética e amazônica. Vale destacar também que Chávez cumpriu um papel relevante na implosão da ALCA ao reunir Bolívia, Cuba, Nicarágua para celebrarem a *Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba)*, apresentada como:

[...] uma manifestação histórica das forças progressistas da Venezuela e seus parceiros para demonstrar que “outra América é possível”. Sua teórica era construir uma integração latino-americana solidária com ênfase na luta contra a pobreza e a exclusão social, enquanto as propostas da ALCA e os esquemas sub-regionais de pouca densidade apenas aprofundariam as dificuldades dos povos latino-americanos. Foi essa leitura do regionalismo na América Latina que

orientou Chávez em sua retirada da Comunidade Andina das Nações (CAN) – na quase simultânea solicitação de sua adesão ao Mercosul. (DUPAS e OLIVEIRA, 2008:243)

Por outro lado, o aprofundamento da relação de Chávez com Kirchner indica ter por objetivo a tentativa de consolidação de um novo eixo estratégico de poder na América Latina entre o segundo e o terceiro maior país da região, como contrapeso à predominância brasileira. Essa estratégia tem sido aprofundada de duas formas: o apoio da Venezuela à Argentina através da compra de títulos argentinos e o projeto comum na área de hidrocarbonetos, numa parceria entre a PDVSA e a Enarsa. Assim, é evidente a concorrência entre Venezuela e Brasil pela liderança na América do Sul. Outro bom exemplo dessa disputa ocorreu em agosto de 2007 quando Lula realizou uma viagem ao México, Honduras, Nicarágua, Jamaica e Panamá para promover os biocombustíveis com o apoio do governo norte-americano. Ao passo que Chávez fazia um giro por Argentina, Uruguai, Bolívia e Equador celebrando acordos na área de hidrocarbonetos e aproveitando para condenar os biocombustíveis argumentando que eles desviariam a produção de alimentos para “carros dos ricos”.

Diante desse quadro, Dupas e Fernandes de Oliveira assinalam que Evo Morales busca um alinhamento com Chávez assumindo a “liturgia boliviana”, contudo procura evitar um rompimento com Lula. Dessa forma: “O apoio de Chávez na controvérsia do gás com o Brasil trouxe ganhos específicos para atender às pressões do povo boliviano por financiamento de políticas sociais que dêem suporte às redes dos movimentos que o apóiam. Morales parece destinado a oscilar pendularmente entre Chávez e Lula, procurando tirar vantagens de ambos.” (DUPAS e OLIVEIRA, 2008: 247)

Por fim, o Chile que seguiu uma trajetória macroeconômica diferente dos países da região, mas tem forte dependência do gás natural. Em suas primeiras visitas ao continente latino-americano Bachelet tem demonstrado seu interesse em fortalecer os laços com seus vizinhos. No entanto, o principal obstáculo a integração regional do país é a intensa abertura de sua economia, que o leva a praticar taxas externas muito reduzidas. Por outro lado, em função de sua necessidade premente de energia não pode descartar bons acordos na área do petróleo, apesar de também está buscando novas alternativas na área dos biocombustíveis. Nesse sentido, observa o Brasil como parceiro natural, mas não pode abrir mão do abastecimento imediato dos combustíveis fósseis necessários a seu desenvolvimento. Sobre esse aspecto Dupas e Fernandes de Oliveira destacam:

Na leitura do governo chileno, Chávez usa o petróleo como um elemento geopolítico para promover sua agenda externa, enquanto Lula, ao divulgar o etanol, parece mais aberto a uma carência regional. Compatibilizar as necessidades energéticas com a adequação de seus alinhamentos políticos é o desafio chileno em prol do entendimento de seus interesses nacionais. Aliás, trata-se do mesmo desafio de quase todos os países da América do Sul. A administração das incompatibilidades entre Brasil e Venezuela seria o caminho para fabricar consensos políticos indutores de novos projetos com racionalidade econômica que criassem novas energias e riquezas adicionais que pudessem ser mais bem distribuídas, em busca de amenizar as penúrias econômica e social.

(DUPAS e OLIVEIRA, 2008:248)

A breve análise do atual panorama de algumas das principais questões convergentes e divergentes entre os países sul-americanos demonstra a polêmica e a complexidade dessa abordagem em função da difícil conciliação entre os interesses nacionais e o projeto de integração regional. É neste quadro que a “nova esquerda” precisa ser pensada e avaliada no seu papel de promotora de uma nova ordem política, econômica e cultural visando à construção de uma unidade.

O Ingresso da Venezuela no Mercosul e os novos caminhos da integração regional

A incorporação da Venezuela foi admitida por decisão unânime do Brasil, Argentina e Uruguai em 31 de julho de 2012, depois da suspensão do Paraguai do Mercosul em função da ruptura da ordem democrática ocorrida neste país em 22 de junho quando o Parlamento perpetrou o que foi interpretado como um golpe de Estado contra o presidente legítimo, Fernando Lugo, ao realizar-se um juízo expresso que não houve as mínimas garantias do processo.

Paradoxalmente, o Congresso paraguaio que promoveu essa alteração na ordem democrática, havia sido o único que se recusava a aceitar a Venezuela pelo suposto “caráter antidemocrático” do governo do presidente Hugo Chávez. Os parlamentos do Brasil, Uruguai e Argentina já haviam ratificado o protocolo de adesão.

Neste contexto, de acordo com Nazareth Balbás (2012:2), tem se multiplicado versões nos meios da direita mundial que insistem em qualificar o ingresso da Venezuela como “viciado de legalidad” ou violador do Tratado de Assunção.

O governo de fato do Paraguai, liderado por Federico Franco, utilizou-se do mesmo argumento no recente recurso interposto no *Tribunal Permanente de Revisão* (TPR) do Mercosul, como medida sumária para solicitar o levantamento de sanção política e frear a adesão do país andino. Assim, o governo de Franco recorreu ao artigo 23º do Protocolo de Olivos² para a solução de controvérsias com o objetivo de impugnar a suspensão de Assunção e pedir nulidade do ingresso da Venezuela.

Segundo alegação dos advogados do Paraguai, não houve ruptura da ordem democrática em seu país nem ocorreu o processo de consultas previstas no artigo 4º do Protocolo de Ushuaia³, ao tempo que se argumentou que ao não participar na decisão sobre a Venezuela foi invalidada essa resolução.

² Segundo o Artigo 23 (Acesso direto ao Tribunal Permanente de Revisão): “1. As partes na controvérsia, culminado o procedimento estabelecido nos artigos 4 e 5 deste Protocolo, poderão acordar expressamente submeter-se diretamente e em única instância ao Tribunal Permanente de Revisão, caso em que este terá as mesmas competências que um Tribunal Arbitral Ad Hoc, aplicando-se, no que corresponda, os Artigos 9, 12, 13, 14, 15 e 16 do presente Protocolo.

2. Nessas condições, os laudos do Tribunal Permanente de Revisão serão obrigatórios para os Estados partes na controvérsia a partir do recebimento da respectiva notificação, não estarão sujeitos a recursos de revisão e terão, com relação às partes, força de coisa julgada”. In: http://academico.direito-rio.fgv.br/ccmw/images/5/5c/MERCOSUL_Protocolo_de_Olivos.pdf, acessado em 12/10/1012.

³ “PROTOCOLO DE USHUAIA SOBRE COMPROMISSO DEMOCRÁTICO NO MERCOSUL, BOLÍVIA E CHILE [...] Artigo 4º: No caso de ruptura da ordem democrática em um Estado Parte do presente

No entanto, Argentina, Uruguai e Brasil argumentaram que a declaração de incorporação de um país membro não requer unanimidade, e que manter o direito a voto e veto do Paraguai, em uma situação de ruptura democrática, teria revogado o Protocolo de Ushuaia que forma parte indivisível do Tratado de Assunção.

Diante desse quadro, a nova configuração do processo de integração da América do Sul está promovendo um amplo debate entre analistas econômicos, políticos, intelectuais e tem provocando grande polêmica em torno dos pontos negativos e dos positivos em função do ingresso do país venezuelano no bloco.

Segundo artigo da revista britânica *The Economist*, a suspensão do Paraguai, a polêmica adesão da Venezuela e a crescente tendência ao protecionismo na região minaram o sucesso do Mercosul, que cada vez mais se distancia de seus objetivos comerciais e caminha rumo a uma união meramente sociopolítica. Argumenta-se que: "Sob governos de esquerda, o Brasil e – especialmente – a Argentina tornaram-se mais protecionistas. Eles passaram a ver o Mercosul como uma fortaleza, ao invés de uma ponte: fora da América do Sul, os únicos acordos comerciais já concluídos pelo bloco na última década foram com Israel e a Autoridade Palestina. Negociações com a União Européia começaram em 1999, mas se dissiparam." (*The Economist*, 13 de julho 2012:1)

Contudo, pode-se contra-argumentar que a falência e o descrédito das políticas neoliberais na região, cujo maior exemplo foi a impressionante crise Argentina de 2001, promoveram uma tendência protecionista desses governos, uma vez que a liberação da economia sem parâmetros era uma clara ameaça a estabilidade social e política desses países.

Apesar de definir o bloco como uma "boa idéia" que enfrenta agora "muitas dificuldades", a revista diz que os parceiros têm sido complacentes com o governo argentino, cujas medidas restritivas já afetam o comércio entre o próprio bloco. No ano passado, as exportações brasileiras para a Argentina diminuíram em 15% e as uruguaias 10%, diz o artigo.

No entanto, *The Economist* destaca que é a presença da Venezuela e a aproximação com a ideologia de Hugo Chávez que apresentam o maior obstáculo ao sucesso do bloco. "O MERCOSUL enfrenta agora um problema novo, criado por ele mesmo, que poderia potencialmente destruí-lo". (*The Economist*, 13 de julho 2012:1)

Nesse sentido, a revista ressalta que união sul-americana foi criada por um grupo de democracias liberais para avançar o livre comércio na região, algo que o líder venezuelano também defende, mas sob uma interpretação peculiar. "Chávez é um entusiasta dessas causas. Ele tem repetidamente feito um chamado por um 'novo MERCOSUL', com uma dose de 'Viagra político' para 'descontaminar o neoliberalismo' do bloco e 'priorizar áreas sociais'." (*The Economist*. 13 de julho 2012, p.1)

Protocolo, os demais Estados Partes promoverão as consultas pertinentes entre si e com o Estado afetado." In:

<http://observatoriodomercosul.blogspot.com.br/2011/02/protocolo-de-ushuaia.html>, acessado em 12/10/1012.

A revista também ressalta que, vinte e um anos após sua criação, o bloco adota estratégias que o afasta de dois de seus principais objetivos: aumentar o livre comércio entre seus membros e apresentar uma alternativa aos avanços dos Estados Unidos com tratados bilaterais com países da região, como Chile, Colômbia e Peru. Neste sentido: "O Brasil escolheu como seus principais aliados as protecionistas Argentina e Venezuela, que pratica uma forma arcaica de socialismo. Para reativar seu crescimento econômico, o Brasil precisa colocar mais ênfase em competitividade e uma diplomacia comercial para abrir mercados, precisamente o que o Mercosul um dia já aspirou fazer." (*The Economist*, 13 de julho 2012, p. 1)

É importante assinalar que as críticas ao ingresso da Venezuela ou as políticas protecionistas do bloco a partir da óptica de uma revista de economia britânica é algo bem questionável, uma vez que seu discurso é em prol das economias capitalistas centrais que não têm interesse no fortalecimento do Mercosul, pois aumentaria o potencial de competitividade da região nos mercados internacionais e, conseqüentemente, pressionaria os grandes centros capitalistas a fazerem concessões maiores a essas economias periféricas.

Partindo dessa perspectiva, a presidente Dilma Rousseff destacou a importância da entrada da Venezuela no bloco:

"O Mercosul se transforma na quinta economia mundial", com um Produto Interno Bruto (PIB) de 3,3 trilhões dólares, e se consolida como uma "potência" nas áreas de energia e produção de alimentos, declarou Dilma Rousseff ao oficializar a entrada da Venezuela como quinto membro do bloco.

Dilma deu uma "calorosa boas vindas" a "todo o povo venezuelano" ao Mercosul, que agora passa a ser uma zona econômica com mais de 270 milhões de habitantes e que representa 70% da população sul-americana [...] Dilma destacou que a Venezuela "tem as maiores reservas de petróleo do mundo", mas ponderou que o país deve "avançar em sua industrialização". A presidenta afirmou que a que a entrada da Venezuela no bloco representa "um novo universo de oportunidades" para os sócios do Mercosul.

(ÚLTIMO INSTANTE, 01/08/2012:3/Economia)

Corroborando com essa expectativa, a Venezuela demonstrou sua força econômica no Mercosul assinando um contrato de compra de seis aviões modelos E190 da Embraer, que serão destinados à companhia aérea Conviasa, com opção de compra de outras quatorze aeronaves. O contrato tem um valor de US\$ 270 milhões e pode alcançar US\$ 900 milhões caso a Venezuela confirme todas as opções de compra.

Chávez declarou também que a entrada no Mercosul é "a maior oportunidade histórica em 200 anos na Venezuela, um país que por modelos de desenvolvimento impostos estava condenado antes ao subdesenvolvimento, ao atraso e à miséria". Ressaltou ainda o interesse de seu país superar esse modelo e estimular um novo modelo agrícola, visto que a Venezuela tem "mais de 30 milhões de hectares" de terras disponíveis. (ÚLTIMO INSTANTE, 01/08/2012:3/Economia)

Por sua vez, Cristina Kirchner afirmou, na cerimônia de ingresso do novo membro em Brasília, que a inclusão da Venezuela transforma o Mercosul em um "pólo de poder", uma vez que "A incorporação da Venezuela fecha definitivamente a equação que vai ser

deste século XXI: energia, minerais, alimentos, ciência e tecnologia”. A presidenta da Argentina dedicou a maior parte de seu discurso a criticar os países desenvolvidos por sua atuação frente à crise financeira, sinalizando disse que o ingresso do país é uma resposta aos que duvidaram do futuro do bloco.

(O GLOBO, 02/08/2012:49/Economia).

O sociólogo e cientista político argentino Atílio A. Boron também defendeu vários argumentos em favor da entrada do país andino no bloco. Em seu artigo *Derrota do Império: Venezuela ingressou no Mercosul*, ressalta as potencialidade do novo membro:

No dia 30 de julho, ratificou-se em **Brasília** o ingresso da **Venezuela no Mercosul**. Desse modo, o bloco comercial sul-americano se reforça tanto quantitativa quanto qualitativamente. Primeiro, porque agrega um novo sócio com um PIB estimado – pelo **World Economic Outlook** do **FMI** em paridade de poder aquisitivo – em 397 bilhões de dólares. Isto é, agrega-se uma economia de um tamanho ligeiramente superior ao da **Suécia**. O Mercosul engrandecido conta agora com um PIB total de 3,635 trilhões de dólares, o que o converte na quinta economia do mundo, superado apenas pelos **Estados Unidos, China, Índia e Japão**, e claramente acima da locomotiva européia, a **Alemanha**.

Qualitativamente falando, a incorporação da **Venezuela** significa integrar um país que, segundo o último anuário da **OPEP**, dispõe das maiores reservas certificadas de petróleo do mundo, tendo substituído desse posto a quem o ocupara por várias décadas: a **Arábia Saudita**. Além disso, do ponto de vista da complementação econômica de suas partes, o **Mercosul** desponta como um espaço econômico muito mais harmônico e equilibrado do que a **União Européia**, cuja fragilidade energética constitui seu irremediável calcanhar de Aquiles e uma fonte permanente de dependência externa permanente. (BORÓN, 31/07/2012:1)

De acordo com Baron, inicia-se uma nova etapa decisiva na qual o conjunto de países sul-americanos produtores de alimentos, como Argentina e Brasil, possuidores de uma importante base industrial e significativas reservas minerais agregaram maior potência petrolífera do planeta. Na atual conjuntura de crise mundial e diante da adoção cada vez mais forte de políticas protecionistas pelos governos das economias capitalistas centrais, a integração dos países do Mercosul é a única proteção que lhes permitirá resistir aos embates dessa crise do capitalismo ou ao menos diminuir seu impacto em suas sociedades.

O autor também ressalta que um componente fundamental dessa nova fase deve ser, sem sombra de dúvidas, o fortalecimento dos outros “mercosuis”: o social, o laboral, o educativo, entre outros, que estão ausentes no projeto e provocaram amplas e sustentadas reclamações. Sendo assim, se outorgará aos movimentos sociais e as forças populares uma oportunidade excelente para lutar por suas demandas e pressionar os governos para que desenvolvam sem mais demora as políticas necessárias para que o Mercosul não mais se restrinja a um acordo proposto para ampliar os mercados e reduzir os custos operacionais das grandes empresas, convertendo-se em um processo de integração a serviço dos povos.

Entretanto, Baron destaque que o significado fundamental do ingresso da Venezuela no Mercosul foi que representou um grande fracasso da política imperialista norte-americana na tentativa de bloquear o processo de integração na América do Sul através do isolamento do país platino desde a derrota da ALCA. A partir de então a

política externa dos Estados Unidos não poupou escrúpulo algum, toda a artilharia midiática, política e econômica do imperialismo foi descarregada sobre a república bolivariana com o propósito de construir a imagem de um Chávez ditatorial. Além desses fatores, o autor destaca que:

Do ponto de vista geopolítico, a inclusão da **Venezuela** no **Mercosul** é, e convém perceber isso, a maior derrota sofrida pela diplomacia norte-americana desde o colapso da **Alca**. Como lembrou há alguns dias **Samuel Pinheiro Guimarães**, que até um mês atrás desempenhava o papel de Alto Representante do Mercosul, as inesperadas conseqüências do golpe no **Paraguai** terão efeitos duradouros e importantes [4]. Em primeiro lugar, porque, daqui em diante, será muito mais difícil e custoso orquestrar um golpe de Estado contra Chávez, protegido institucionalmente pela normativa do Mercosul, entre elas a cláusula democrática recentemente violada em Assunção. Também será muito mais complicado para um país como os **EUA**, insaciável consumidor de petróleo, tentar se apropriar da riqueza hidrocarbonífera venezuelana, ao mesmo tempo em que será muito mais atrativo para os demais países sul-americanos se integrar o quanto antes a um rico espaço econômico que se estende sem descontinuidades desde a **Tierra del Fuego** até o **Mar do Caribe**. Por último, será muito mais difícil para Washington tentar rearmar o esquema de "livre comércio" descartado com a derrota da ALCA. (BARON,31/07/2012:2)

Considerações Finais:

Nossa análise sobre o ingresso da Venezuela no Mercosul demonstrou o processo de reconfiguração de forças dos chamados governos da "nova esquerda" da América do Sul, ampliando em grande medida o potencial energético, comercial, econômico e político da região criando expectativas de contribuir para o desenvolvimento e fortalecimento do projeto de integração regional, proporcionando um maior poder de barganha internacional.

Neste sentido, a crise gerada pela suspensão temporária do Paraguai em função da ruptura da ordem democrática, apesar dos protestos do atual governo de Assunção, demonstrou uma surpreendente ousadia e habilidade dos presidentes da Argentina, Brasil e Uruguai. Ao contornarem uma situação de debilidade do bloco com a entrada de uma economia muito expressiva e estratégica uma vez que amplia o diálogo com os países andinos e América Central e, ao mesmo tempo, anula a política de isolamento da Venezuela pelos Estados Unidos expressando a recusa de submeterem-se as imposições do império ao optarem pelo fortalecimento da integração sul-americana. Neste contexto, parece que a melhor alternativa para o governo paraguaio e retornar a normalidade democrática e incorpora-se novamente ao Mercosul.

Por fim, não se pode deixar de frisar que a Venezuela saiu mais fortalecida desse processo seja pelo fim do seu isolamento da América do Sul, seja também porque Hugo Chávez reafirmou e fortaleceu sua liderança na região. Agora o grande desafio da liderança desses três principais governos de esquerda é conseguir conciliar seus interesses e canalizar seus esforços para o revigoramento e efetivação do Mercosul e, numa perspectiva mais ampla, da UNASUL.

Bibliografia:

AYERBE, Luis Fernando (org.). (2008) *Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul*. São Paulo: Editora da UNESP: Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UNESP, Unicamp e PUC-SP, 256p.

_____ (2007) *Integração latino-americana e caribenha*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 308p.

A entrada da Venezuela no Mercosul fortalece o bloco. O GLOBO, 02/08/2012, p.49/Economia

BALBÁS, Nazareth. Ingreso de Venezuela a Mercosur es legitimo e irreversible. <http://www.patriagrande.com.ve/temas/opinion/ingreso-de-venezuela-a-mercosur-es-legitimo-e-irreversible/teleSUR> / DG, acessado em 20/09/2012.

BARON, ATILIO. Derrota do império: Venezuela ingressou no Mercosul. <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/512043-derrota-do-imperio-venezuela-ingressou-no-mercosul-artigo-de-atilio-a-boron>, acessado em 07/10/2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. (2000) A Nova esquerda: Uma Visão a Partir do Sul. *Revista Filosofia Política*, nova série, vol.6, p.144-178.

_____ (1997) Por um partido democrático, de esquerda e contemporânea. *Revista de cultura e política*, Lua Nova, 25-55.

CERVO, Amado Luiz. (2002). Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 45, n. 1, p. 5-35.

_____ (2004) Os objetivos da política exterior de Lula. *Colunas do Relnet*, n. 10, p. 25-38.

DINIZ, Eli (org.) (2007) *Globalização, Estado e Desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio*. Rio de Janeiro: Editora FVG, 336p.

<http://observatoriodomercosul.blogspot.com.br/2011/02/protocolo-de-ushuaia.html>, acessado em 12/10/2012.

http://academico.direito-rio.fgv.br/ccmw/images/5/5c/MERCOSUL_Protocolo_de_Olivos.pdf, acessado em 12/10/2012.

VI Congreso de Relaciones Internacionales

21, 22 y 23 de noviembre de 2012

<http://www.ultimoinstante.com.br/economia/mercado-internacional/77740-Mercosul-recebe-Venezuela-transforma-quinta-economia-mundial.html#ixzz25By56za9>, acessado em 26/09/2012.

Proteccionismo e entrada da Venezuela minaram o Mercosul. *The Economist*, www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/07/120712_economist_mercosul_jp.shtml

RUSSEL, Robert e TOKATLIAN, Juan Gabriel. (2003) *El Lugar de Brasil en la Política Exterior Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

SANTOS, Raquel Paz dos. (2010) As relações Lula e Kirchner e o novo paradigma desenvolvimentista para a América do Sul In: *O Brasil na América do Sul: um debate interdisciplinar*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Gato Sabido e-book, v.1, p. 8-30.

_____ (2009) Desenvolvimento e Integração: o projeto do Mercosul no contexto das relações Lula e Kirchner In: *Anales de las II Jornadas del CENSUD / IV Encontro del CERPI*. La Plata: IRI/UNLP. v.1, p.1-20.